

# Israel e o equilíbrio militar e geopolítico no Oriente Médio

João Fábio Bertonha\*

A recente ofensiva militar israelense leva a inúmeras questões. Uma delas é o objetivo do governo Ariel Sharon ao ordenar um ataque como este que estamos assistindo nas últimas semanas. Com certeza, Israel teria condições de promover uma ação militar ainda mais pesada, com a expulsão de todos os palestinos dos territórios ocupados e a anexação definitiva destes à Israel. Os protestos internacionais seriam, porém, imensos e o mundo árabe se voltaria de uma vez contra Tel Aviv. Além disso, mesmo em Israel muitos se colocariam contra uma posição tão extremada. Parece evidente que apenas preocupações como estas estão refreando o governo Sharon.

Não podendo fazer o que gostaria, o atual governo israelense parece estar seguindo uma via perigosa: eliminar de vez o poder de Yasser Arafat e da OLP e permitir que as organizações radicais islâmicas se tornem os novos representantes dos palestinos. Com tais grupos como interlocutores, não há negociação possível e a saída da força bruta será perfeitamente justificada. Portanto, na minha interpretação, o governo Sharon está trabalhando com afinco para eliminar quaisquer chances (por pequenas que sejam) de negociações com os palestinos, confiando que Israel poderá superar, agora e sempre, seus inimigos e que a força é a solução ideal e definitiva para o problema.

Não parece ser necessário explicar a visão de mundo da direita israelense que leva a uma política como esta, pois ela já é de domínio geral. Do mesmo modo, parece quase óbvio, para um analista mais imparcial, como ela só trará mais dor e sofrimento aos israelenses, pois é difícil imaginar uma maneira melhor de gerar terroristas e homens bomba do que humilhar e tirar quaisquer esperanças a um povo inteiro como o governo Sharon vem fazendo. O que queremos discutir nesse texto são as razões do governo de Israel se sentir tão confiante (arrogante?) a ponto de assumir o risco de enfrentar o problema do terrorismo por muitos e muitos anos e de inflamar o ódio do mundo árabe contra si.

---

\* Doutor em História Social pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), pesquisador associado do Centro de Estudos de Migrações Internacionais (CEMI) da mesma Universidade e Professor de História Contemporânea na Universidade Estadual de Maringá/PR.

MERIDIANO  
47  
N

ISSN 1518-1219

Boletim de Análise de  
Conjuntura em Relações  
Internacionais

Nº 22  
Maio – 2002



INSTITUTO BRASILEIRO DE  
RELAÇÕES INTERNACIONAIS

**ISRAEL E O EQUILÍBRIO  
MILITAR E GEOPOLÍTICO NO  
ORIENTE MÉDIO**

JOÃO FÁBIO BERTONHA

**OFENSIVAS GLOBAIS**

CRISTINA SOREANU PECEQUILO

**RELAÇÕES TAIWAN-CHINA – A  
DIMENSÃO ECONÔMICA**

PAULO ANTÔNIO PEREIRA PINTO

**O BRASIL E AS CRISES  
FINANCEIRAS INTERNACIONAIS,  
1995-2001**

PAULO ROBERTO DE ALMEIDA

**DIPLOMACIA PRESIDENCIAL**

MÁRCIO C. COIMBRA

**OS EUA E O GOLPE CONTRA  
CHÁVEZ**

LUIZ ALBERTO MONIZ BANDEIRA

Parece impossível não abordar temas geopolíticos e estratégicos quando se pensa nessa confiança. Com o fim da União Soviética, os países árabes perderam a sua protetora, enquanto os Estados Unidos (ainda mais depois da eleição de George W. Bush e do 11 de setembro) continuam apoiando Israel. É verdade que este apoio não é incondicional e que a atual ofensiva militar israelense não agrada a muitos em Washington, especialmente por atrapalhar os planos americanos de uma ofensiva contra o Iraque. Mas é impossível imaginar o governo americano se posicionando contra Israel e enviando, digamos, comandos para libertar Yasser Arafat do seu confinamento. Sem o sentimento de que a sua retaguarda está, em essência, protegida pela superpotência hegemônica, parece pouco provável que Israel se ariscasse tanto.

Além disso, o equilíbrio geopolítico e militar do Oriente Médio mudou de forma acentuada nos últimos dez anos e é isso que, a meu ver, dá tanta confiança a Israel para ações como as atuais.

Hoje, Tel Aviv pode contar com o apoio da Turquia, a neutralidade do Egito e com o isolamento da Síria e do Irã. Além disso, o Iraque está sob vigilância ocidental e vários países árabes (como Arábia Saudita, Kuwait e Emirados Árabes Unidos) se converteram em verdadeiros protetorados americanos. Uma situação sem paralelo nas décadas anteriores. Em termos militares, então, a situação se tornou ainda mais confortável.

Realmente, nas grandes guerras em que Israel se envolveu com os países árabes nas últimas décadas, a vitória israelense se deu centralmente por três

motivos. Em primeiro lugar, pela esmagadora superioridade tecnológica que o material militar americano e também aquele produzido em Israel dava às suas forças militares (especialmente no campo da aviação), permitindo a elas anular a superioridade numérica árabe. Em segundo, a maior qualidade do seu material humano, com soldados mais educados e capazes não

apenas de usar com eficiência as armas mais avançadas de que dispunha, como de atuar no campo de batalha segundo os parâmetros modernos de iniciativa e movimento. Por fim, Israel sempre pôde contar com o espírito de luta dos seus soldados, que sabiam que uma derrota seria o fim de sua Nação.

Tais vantagens aumentaram ainda mais nos últimos dez anos. Em que pesem as transferências de armas americanas para países como Egito e Arábia Saudita, o fosso tecnológico entre as forças armadas israelenses e as árabes continua a aumentar, especialmente no que se refere à aviação e ao sistema de comando e controle. Ao mesmo tempo, Israel se transforma cada vez mais num país de Primeiro Mundo, plugado na Ter-

ceira Revolução industrial, enquanto os países árabes continuam presos ao passado, incapazes de criar sociedades tecnológicas capazes de rivalizar com a israelense.

É realmente uma pena que essa nova situação geopolítica e militar, talvez provisória, não tenha sido aproveitada para fazer a paz de uma vez. Parece difícil acreditar que a cessão das colinas de Golã à Síria ou a aceitação da independência do Estado palestino (apesar da perda de alguns montes e elevações chave e da perda da profundidade estratégica) pudessem

*“É realmente uma pena que essa nova situação geopolítica e militar, talvez provisória, não tenha sido aproveitada para fazer a paz de uma vez. Parece difícil acreditar que a cessão das colinas de Golã à Síria ou a aceitação da independência do Estado palestino (apesar da perda de alguns montes e elevações chave e da perda da profundidade estratégica) pudessem realmente ser um risco militar sério para Israel.”*

realmente ser um risco militar sério para Israel. Evidentemente, não estou propondo que Israel deveria simplesmente aceitar qualquer acordo para fazer a paz, sacrificando pontos que poderiam ser essenciais para a sua segurança, e sei que a decisão de negociar ou não abrange muito mais do que uma simples avaliação da segurança nacional. No entanto, é uma pena que esse momento tão favorável geopoliticamente não tenha sido aproveitado para a paz.

Realmente, sempre tive imensa admiração pelos israelenses e por tudo o que eles conseguiram construir em cinquenta anos de História. Acharia uma pena que tudo isso fosse perdido e esse país democrático e sofisticado continuasse a sofrer como vem sofrendo. E, infelizmente, a opção agora adotada parece indicar um caminho onde vinganças de lado a lado levarão inevitavelmente à violência ainda maior, com o terrorismo palestino respondendo ao poder israelense e vice versa.

Mas a perspectiva pode ser, talvez, ainda mais sombria. Nesse cenário de domínio militar israelense,

a única maneira de atacar o país diretamente é o terrorismo (arma dos fracos em conflitos assimétricos) ou, no limite, com armas nucleares, químicas e bacteriológicas. Pode-se imaginar sem dificuldade que países como o Iraque não hesitariam em tomar esse passo em caso de uma invasão americana, por exemplo. Algo desse tipo, contudo, levaria a uma resposta nuclear de Israel e suas 300 ogivas nucleares poderiam reduzir o mundo muçulmano a cinzas. Um típico caso em que a superioridade militar pode impedir invasões convencionais, mas não garantir a segurança real da população.

A longo prazo, portanto, a segurança de Israel está na vigilância armada, sempre, mas também na coexistência dos judeus com seus primos árabes. O Tsahal pode ter sido o grande responsável pela sobrevivência do Estado judeu num mundo hostil e onde eles eram as vítimas. Nesse novo mundo do século XXI, talvez a equação não seja tão simples assim.



## ***Como publicar Artigos em Meridiano 47***

O Boletim *Meridiano 47* resulta das contribuições de professores, pesquisadores, estudantes de pós-graduação e profissionais ligados à área, cuja produção intelectual se destine a refletir acerca de temas relevantes para a inserção internacional do Brasil. Os arquivos com artigos para o Boletim *Meridiano 47* devem conter até 90 linhas (ou 3 laudas) digitadas em Word 2000 (ou compatível), espaço 1,5, tipo 12, com extensão em torno de 5.500 caracteres. O artigo deve ser assinado, contendo o nome completo do autor, sua titulação e filiação institucional. Os arquivos devem ser enviados para [editoria@relnet.com.br](mailto:editoria@relnet.com.br), indicando na linha *Assunto* "Contribuição para Meridiano 47".

## Ofensivas Globais

Cristina Soreanu Pecequilo\*

Desde o seu lançamento, o conceito do Eixo do Mal composto por Irã, Iraque e Coréia do Norte, vem sendo objeto de discussões e críticas por parte da comunidade internacional. Mais uma vez, os EUA, em uma clara demonstração de unilateralismo retomam uma postura agressiva que desagrada e preocupa seus aliados e alimenta o descontentamento de possíveis adversários. Todavia, como tem se tornado a regra da presidência republicana, as objeções à estratégia americana são desconsideradas, demonstrando uma atitude imperial. Neste caminho, não somente lançou-se a premissa do Eixo como já estão em andamento negociações e ações para colocar em prática seus objetivos, começando pelo Iraque. Simultaneamente, dentro do Oriente Médio, os EUA também parecem reassumir uma nova ofensiva com a aprovação de uma resolução do Conselho de Segurança da ONU (1397) que prevê a existência de um Estado palestino ao lado de Israel. Igualmente, uma revisão de diretrizes militares do Pentágono indica que o país estaria disposto a utilizar, caso necessário, armas nucleares para se proteger de ameaças externas, incluindo-se além dos nações do eixo, China, Rússia, Líbia e Síria como alvos hipotéticos. Por fim, comercialmente, a postura de força revela-se na aplicação de barreiras e cotas no mercado do aço, visando proteger uma indústria doméstica pouco competitiva.

Considerando-se todas estas iniciativas, a que tem sido apresentada como a mais relevante é certamente a posição americana sobre a criação do Estado palestino, apresentada em uma resolução aprovada pelo CS da ONU. Como mencionado acima, tal resolução prevê (e defende) a coexistência dos Estados israelense e palestino lado a lado, tendo sido aprovada por 14-0 entre os membros do conselho, somando-

se a abstenção da Síria. Apesar de não ter estabelecido nenhum cronograma ou planejamento concreto para o encaminhamento do processo, incluindo-se a desocupação e devolução de territórios e a eventual participação de forças de paz na transição da região para implementar futuros acordos, esta medida foi vista como histórica. Especificamente, foi a primeira vez em quase três décadas que os americanos apresentaram uma formulação no CS e, adicionalmente, uma formulação pró-Palestina. Embora logo depois de Setembro Bush já tivesse feito uma declaração informal favorável ao Estado palestino, a inação manteve-se como regra até este dia 13/03/2002, deixando a tensão acumular-se. Nos últimos anos, além de não trazerem alternativas, os EUA esvaziaram todas as resoluções que lidavam com o tema, incluindo-se um recente veto ao envio de observadores da ONU para a região em uma tentativa de barrar a escalada de violência de quase dois anos.

Iniciada ainda no governo Barak, esta escalada foi detonada pela visita do atual Primeiro Ministro de Israel Ariel Sharon a áreas consideradas sagradas pelos muçulmanos (a Esplanada das Mesquitas em Jerusalém) em um ato de provocação, inaugurando-se uma nova intifada. Posteriormente, Sharon subiu ao poder prometendo restaurar a segurança de Israel, iniciando uma operação militar sem precedentes nos territórios ocupados e estratégias de desmoralização de Yasser Arafat e de desestruturação da administração, ainda em construção, da Autoridade Palestina. Estas estratégias, deve-se mencionar, tinham por objetivo romper qualquer possibilidade de funcionamento e legitimidade de um governo autônomo, enfraquecendo Arafat, também contestado pelos radicais de seu próprio partido e de outras organizações.

\* Doutora em Ciência Política pela Universidade de São Paulo (USP) e Professora de Relações Internacionais (UNIBERO).

Por seu lado, os palestinos reagiram com a intensificação dos ataques terroristas suicidas, acumulando-se mortes. No caso, a resolução segue-se a mais intensa ação militar observada na Faixa de Gaza e na Cisjordânia desde a Guerra de 1967, antecedendo a volta do negociador americano à região General Anthony Zinni e, além disso, a viagem do vice-presidente Dick Cheney a diversos países árabes em conversações relativas à participação destas nações na guerra anti-terror.

Dentro deste contexto, a resolução americana deve ser entendida em todas as suas dimensões. Apesar do ceticismo que podemos ter quanto à real implementação do Estado palestino no curto ou médio prazo, foi significativo o fato de que os EUA tenham formalizado a proposta na ONU, existindo várias razões para sua atitude. Em primeiro lugar, encontra-se a própria escalada descontrolada e generalizada da violência, deixando claro, para os que ainda duvidavam, de que estamos diante de uma guerra ampla na área. Nascida de uma combinação de complacência americana e agressividade de Sharon, os eventos estavam fora de controle. Mais do que criar o Estado palestino, em seu nascimento, esta resolução pretendia forçar uma trégua e um recuo real para que pelo menos pudessem ser reiniciadas negociações. Tanto Sharon quanto Arafat foram criticados por Bush, assim como pelo Secretário de Estado, questionando as táticas violentas dos dois lados, exigindo-se duplamente o fim dos atentados e a retirada total das tropas israelenses dos territórios palestinos, devendo-se aguardar o desenrolar dos acontecimentos.

*“Porém, um ataque não provocado ao Iraque ainda não conta com o apoio da comunidade internacional (o que não significa, de forma alguma, que ele não ocorrerá), havendo ainda a questão de como se dará a transição de poder interna. Tal questão é uma das principais preocupações dos países árabes que percebem o risco da criação de um novo vácuo de poder regional que poderia ser ocupado por fundamentalistas ou eventualmente pelos próprios americanos sob a égide de uma força internacional.”*

Segundo, a atitude de distância dos EUA não era vista com bons olhos por seus aliados árabes. Na verdade, a resolução americana segue-se, inclusive, a uma proposta similar anterior apresentada pela Arábia Saudita que foi considerada também um marco. Porém, mesmo sendo significativa, ao ter sido trazida pelos sauditas e por ter previsto o reconhecimento do Estado de Israel pelos árabes caso Israel desocupasse e devolvesse os territórios palestinos, o plano de paz saudita não só não levou à trégua como intensificou os combates. Igualmente, o reengajamento americano no conflito visa manter a unidade entre os EUA e estes aliados na luta contra o terrorismo global, já considerando-se a primeira ampliação da campanha a outro alvo: o Iraque de Saddam Hussein. Enquanto Zinni procura mediar a situação árabe-israelense, Cheney tem como tarefa ao sair das sombras do governo nas quais esteve devido a questões de segurança nacional, cooptar uma ampla coalizão anti-Hussein ou, no mínimo, garantir a aceitação prévia e a promessa de não-interferência dos demais países da região. Simultaneamente, são realizadas conversações com os aliados do bloco ocidental.

Claramente, seja por meio desta viagem, como pela recuperação do tema Iraque na mídia e em negociações, existe uma disposição crescente do governo Bush pela intervenção, faltando decidir “apenas” o quando e como, segundo membros da administração republicana. A argumentação que sustenta este ataque parte não somente da premissa do Eixo do Mal e da guerra contra o terrorismo, mas da necessi-

dade de “terminar uma tarefa” não realizada em 1991 e da percepção do esgotamento e fracasso da política de contenção. Apesar de no começo da presidência, Powell ter sugerido uma revisão de iniciativas para reformular estas táticas, elas perdem terreno frente à opção militar. O Iraque, de acordo com os americanos, rearmou-se e se reconstruiu, contando, inclusive, com a complacência da comunidade internacional. Assim, seria preciso atacar Saddam antes que ele o fizesse, demonstrando que os EUA estão resolutos e libertos da síndrome do Vietnã. Uma das perguntas mais frequentes defendendo a deposição de Saddam é “se não for agora, quando será? Não será tarde demais então?”

Porém, um ataque não provocado ao Iraque ainda não conta com o apoio da comunidade internacional (o que não significa, de forma alguma, que ele não ocorrerá), havendo ainda a questão de como se dará a transição de poder interna. Tal questão é uma das principais preocupações dos países árabes que percebem o risco da criação de um novo vácuo de poder regional que poderia ser ocupado por fundamentalistas ou eventualmente pelos próprios americanos sob a égide de uma força internacional. Nesta hipótese, ao lado de seus “novos aliados” da Ásia Central, os EUA expandiriam ainda mais sua área de influência local, conquistando importantes reservas de petróleo e linhas de distribuição, enfraquecendo as tradicionais monarquias locais que dominam o mercado, em especial a saudita (que hoje já enfrenta o crescente desafio da produção russa). Podemos sugerir que a questão Israel/Palestina está enquadrada não somente dentro de uma lógica própria, como na do posicionamento estratégico geral dos EUA no Oriente Médio, buscando mais força.

No que se refere a esta expansão de força contínua, outra dimensão da ofensiva americana que deve ser mencionada refere-se a estudos sobre novos parâmetros para a utilização de armas nucleares. Segundo a possível nova versão da doutrina nuclear americana divulgada em um documento secreto do Pentágono, os EUA poderão utilizar armas nucleares

em três cenários: alvos que conseguem resistir a ataques com armas convencionais, retaliação a um ataque realizado com ADMs e como resposta a acontecimentos militares não esperados (no qual se enquadraria perfeitamente 11 de Setembro). Além disso, seria permitido a aplicação de armas não-convencionais em conflitos com nações que não dispõem de arsenal semelhante (quebrando prescrições do TNP), indicando a possibilidade de ataques preventivos. Nestes casos, sugere-se a utilização de armas nucleares menores e de poder limitado de destruição e com menos efeitos colaterais (que deveriam ser desenvolvidas).

Para garantir sua segurança, os EUA estão abrindo um precedente perigoso ao deixar de lado o elemento da auto-regulação. Toda a lógica do equilíbrio do terror surgida na Guerra Fria e de conceitos como o MAD (*Mutual Assured Destruction*) que indicam o perigo de escalada e descontrole deste poderio estão sendo deixados de lado. Tal postura indica uma banalização do potencial e do peso do elemento nuclear, igualando-o aos métodos tradicionais de guerra, sugerindo um nivelamento irreal entre estas potencialidades. De acordo com diversas críticas, a consolidação desta revisão, e mesmo somente a sua colocação, é uma atitude irresponsável e leviana não condizendo com o perfil americano. Dentre estas, incluem-se editoriais contundentes do *Le Monde*, que aponta este novo perfil americano como de um país em pânico e militarizado, e não de uma potência responsável, e do próprio *New York Times*, que classifica os EUA como um possível novo pária nuclear. Até o momento, estas posturas não foram desmentidas, devendo-se aguardar as reações do Executivo e novas informações. Uma das poucas declarações feitas sobre o assunto foi de Powell, afirmando que o documento divulgado faz parte de um processo normal de revisão regular, não se consistindo em políticas definitivas.

No campo comercial, a retórica amiga de Doha foi substituída por uma real política de interesses, revelada na imposição de cotas e barreiras à exportação

de aço para os EUA. O Brasil e a União Européia, foram os principais afetados por esta decisão já há muito anunciada, mas somente agora formalizada, visando proteger um setor atrasado e pouco competitivo da economia americana. A política de protecionismo neste setor objetiva garantir votos em Novembro para os republicanos, cumprindo promessas da passada campanha presidencial. Mesmo internamente, esta não é uma decisão consensual, sendo criticada duplamente: pelos setores que se modernizaram e perderam empregos (sem contar com ajuda similar do governo) e pelos que desejariam obter o mesmo tratamento, pressionando por mais restrições às importações.

Em qualquer um dos casos, encontra-se em jogo a liderança e credibilidade americana no sistema multilateral de comércio, questionando-se o seu discurso de liberdade e igualdade. Com relação ao Brasil, o secretário de comércio Robert Zoellick encontra-se em negociações com a diplomacia, existindo discussões a respeito das implicações negativas que esta atitude terá na implementação da ALCA e possíveis revisões das medidas americanas. Na verdade, o tema da ALCA e da América Latina, também recebeu atenção neste mês de Março com a posse do novo representante do Departamento de Estado para a região,

Otto Reich, cuja postura em discursos recentes foi extremamente vaga. Nestes discursos, nem ALCA ou relacionamentos bilaterais importantes como o brasileiro foram abordados, concentrando-se nas tradicionais afirmações genéricas sobre a importância do progresso e democracia hemisféricas.

Frente a estes acontecimentos, o que novamente se destaca é o que já temos repetido por vários meses: a política externa americana tende ao unilateralismo em múltiplas esferas, desgastando-se. O papel histórico de conciliação e administração de fluxos parece se perder na mente dos formuladores de políticas, enfatizando as tradicionais, mas nem sempre viáveis ou mais úteis, alternativas de cunho militar e individualistas. Tal papel, mais do que nunca, hoje se faria necessário, em especial no Oriente Médio, região na qual a ação construtiva americana foi responsável por profundas transformações locais em décadas passadas. Talvez a recente resolução 1397 possa ser um passo positivo, ainda que isolado, para mudar algumas percepções. Mais do que a paz, (vivemos, afinal, em um contexto realista), deve-se buscar a coexistência, existindo a percepção de que ações e decisões, sejam elas "boas ou más", sempre terão consequências, esperadas e inesperadas.

## O que é o IBRI

O *Instituto Brasileiro de Relações Internacionais – IBRI*, organização não-governamental com finalidades culturais e sem fins lucrativos, tem a missão de ampliar o debate acerca das relações internacionais e dos desafios da inserção do Brasil no mundo. Fundado em 1954, no Rio de Janeiro, e transferido para Brasília, em 1993, o *IBRI* desempenha, desde as suas origens, importante papel na difusão dos temas atinentes às relações internacionais e à política exterior do Brasil, incentivando a realização de estudos e pesquisas, organizando foros de discussão, promovendo atividades de formação e atualização e mantendo programa de publicações, em cujo âmbito edita a *Revista Brasileira de Política Internacional – RBPI*.

Presidente de Honra: José Carlos Brandi Aleixo

Diretor Geral: José Flávio Sombra Saraiva

Diretoria: Antônio Carlos Lessa, Antônio Jorge Ramalho da Rocha, Luiz Fernando Ligiéro

Para conhecer as atividades do IBRI, visite a homepage em <http://www.ibri-rbpi.org.br>

## Relações Taiwan-China – A Dimensão Econômica

Paulo Antônio Pereira Pinto\*

Em artigos anteriores tem sido abordada a questão do ressurgimento de uma influência político-cultural chinesa, como processo facilitador de gradativa expansão econômica da RPC, em direção ao Sudeste Asiático. Existe, no entanto, uma dimensão mais imediata, que é a da crescente integração econômica através do estreito que liga Taiwan à China. Tendo em vista a participação do autor, de recente missão de apoio à visita do Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, Embaixador Sérgio Amaral, a Xangai, no início de abril próximo, o presente artigo abordará a questão da formação desta “grande China”, que, no futuro, virá a incluir a ilha de Formosa e o continente chinês.

Nessa perspectiva, verifica-se que o volume de investimentos taiwaneses na RPC (cerca de US\$ 60 bilhões) e o crescente comércio bilateral entre as duas margens do estreito (ao redor dos US\$ 18 bilhões, em 2001) permitem assinalar que, com sua capacidade de reorganização permanente de vantagens competitivas, a indústria formosina tem transferido fábricas e tecnologia para a China, buscando manter, em Taiwan, o foco gerencial de “R&D” e de decisões sobre investimentos. Lembra-se, a propósito, que o intercâmbio comercial entre a China e Taiwan teve início na década de oitenta, quando a economia da República Popular começou seu processo de abertura para o exterior. Tal desenvolvimento foi muito bem aproveitado pelos taiwaneses, que se encontravam em fase de reorganização de suas vantagens competitivas.

Seria conveniente, neste ponto, lembrar, também de forma simplificada, a descrição convencional da recente evolução econômica taiwanesa. Segundo esta, a ilha costumava apresentar montanhas cobertas de nuvens, rios de águas límpidas e planícies verdejantes, onde uma população de aborígenes caçava animais selvagens e plantava o necessário para a sobrevivência. Depois do costumeiro período de agressão dos mercantilistas estrangeiros, chega-se a meados do século XX, quando os seguidores de Chiang Kai-Shek impuseram o aparato institucional da República da China neste lado do estreito, promoveram extensa reforma agrária e iniciaram acelerado processo de industrialização.

Na década de sessenta começou a revolução industrial formosina. As montanhas desapareceram sob nuvens de fumaça, os rios foram poluídos e as planícies foram ocupadas por avalanches de ferro e cimento. A ilha não cessou mais de produzir, aproveitando a mão-de-obra e terra baratas. Taiwan tornou-se fabricante de bicicletas, sapatos, têxteis, brinquedos e guarda-chuvas, bem como de qualquer bem que pudesse ser fornecido como OEM (“Original Equipment Manufacture”), segundo o esquema em que outra fonte provesse o desenho dos artigos a serem feitos aqui, de acordo com especificações de fora. Nesta fase inicial, portanto, foi conveniente aos taiwaneses transferirem para o continente suas indústrias menos avançadas, de utilização intensiva de mão-de-obra e mesmo poluentes. A maioria foi instalada nas proximidades de Hong Kong, com vistas a apro-

\* Diplomata de carreira e já serviu por mais de treze anos na região da Ásia-Pacífico, sucessivamente, em Pequim, Kuala Lumpur, Cingapura e Manila, em missões permanentes, e Xangai e Jacarta, provisoriamente. Em setembro de 1994 foi o coordenador da primeira missão acadêmica brasileira que visitou Cingapura, Pequim e Hong Kong. Atualmente é o Diretor do Escritório Comercial do Brasil em Taipé, Taiwan. As opiniões expressas neste artigo não expressam os pontos de vista do Ministério das Relações Exteriores do Brasil.

veitar suas facilidades portuárias e resultante acesso a mercados internacionais. A segunda leva, em meados dos anos noventa, visou ao vasto número de consumidores chineses. Indústrias formosinas, portanto, foram instaladas ao redor das grandes cidades do continente com maior poder aquisitivo e meios de transportes para áreas no interior do país. Mais recentemente, empresas eletrônicas taiwanesas passaram a considerar o continente como fator estratégico fundamental para suas operações mundiais.

Nesse processo, até recentemente, a ilha vinha obtendo sucesso na elevação das indústrias locais a um patamar tecnológico mais avançado, enquanto suas exportações de produtos de menor valor agregado, fabricados na China, passaram a usufruir das quotas concedidas pelos países industrializados aos chineses. A República Popular, no entanto, passou, também a reorganizar suas próprias vantagens competitivas, iniciando a produção de bens semelhantes aos das indústrias taiwanesas lá instaladas. Paralelamente, apesar das restrições aqui impostas ao limite de investimento que poderia ser feito na outra margem, a economia chinesa tornou-se forte competidora da taiwanesa, em busca do capital disponível nesta margem.

Em outro desenvolvimento, desde a vitória de Chen Shui-Bian, em março de 2000, a saída do Kuomintang do poder provocou grave crise econômica. Nos últimos vinte meses, a bolsa de valores de Taiwan perdeu 60% de seu valor. No terceiro

trimestre de 2001, a economia decresceu 4.52%. Está previsto, para o ano em curso, uma redução de 1.76% no PNB. Tais números são sem precedentes, desde a década de cinqüenta.

Pequim, de sua parte, tem valorizado, desde o início do processo de abertura do país ao exterior, a contribuição do capital formosino para o desenvolvimento da RPC. Assim, em 1988, o Conselho de Estado da China elaborou um conjunto de regras encorajando tais atividades. Foi aprovada, inclusive, uma “Lei de Proteção aos Investimentos de Compatriotas de Taiwan”, em 1.994, atualizada em 1.999. Quando apresentou seus “oito pontos” para a reunificação da ilha, em 1.995, o Presidente Jiang Zemin reservou um deles para afirmar que era necessário “não deixar que desacordos políticos afetem a cooperação econômica através do estreito, bem como proteger os direitos legítimos das empresas taiwanesas sob qualquer circunstância”.

Estima-se que os cerca de US\$ 60 bilhões investidos por Taiwan na China, situam-se principalmente ao redor da área Xangai-Delta do Rio Yangtse e no Sul da China. Esta área inclui as províncias de Cantão, Fujian, Guangxi e

Hainan que, juntas, somam 155 milhões de pessoas, com PNB estimado em US\$ 125 bilhões e média de crescimento anual de 11%. As suas importações chegam a US\$ 60 bilhões e as exportações a US\$ 70 bilhões, enquanto os investimentos estrangeiros totalizariam US\$ 150 bilhões, que representariam 47% do montante investido no país como um todo.

*“Estima-se que os cerca de US\$ 60 bilhões investidos por Taiwan na China, situam-se principalmente ao redor da área Xangai-Delta do Rio Yangtse e no Sul da China. Esta área inclui as províncias de Cantão, Fujian, Guangxi e Hainan que, juntas, somam 155 milhões de pessoas, com PNB estimado em US\$ 125 bilhões e média de crescimento anual de 11%. As suas importações chegam a US\$ 60 bilhões e as exportações a US\$ 70 bilhões, enquanto os investimentos estrangeiros totalizariam US\$ 150 bilhões, que representariam 47% do montante investido no país como um todo.”*

Xangai, já se tornou comum dizer aqui, tornou-se o segundo lar dos taiwaneses, onde cerca de mil empresas desta ilha já teriam feito investimentos. Há escola com o sistema de ensino formosino, hospitais para suas famílias e 40 canais de televisão deste lado do estreito podem ser recebidos naquela maior cidade chinesa.

A China é, portanto, considerada mercado inevitável para estratégias operacionais de empresas taiwanesas que busquem escala mundial, na medida em que a globalização exija crescente “production sharing”. Nesse sentido, o líder Chen Shui-Bian tem adotado crescente liberalização do intercâmbio com o continente. A partir de janeiro de 2001, passaram a ser permitidos contatos diretos restritos – “the Three Mini Links” – através do estreito. Isto é, poder-se-ia, a partir de então, efetuar comércio entre pequenas ilhas taiwanesas e o continente, sem a intermediação de Hong Kong. Permaneceram, no entanto, os impedimentos ao intercâmbio direto mais amplo, bem como ao transporte aéreo e mesmo ao corrêio.

No final de agosto do ano passado houve uma mega-conferência que reuniu em Taipé centenas de autoridades locais e representantes de diferentes setores da economia. Como conclusão, sugeriu-se o término da política de restrições a investimentos na China – denominada “no haste, be patient” – por uma “abertura positiva, com gerência efetiva”. Em resumo, buscou-se, desde aquele momento, eliminar a proibição ao comércio direto entre todos os pontos da ilha e do continente, bem como cancelar o teto de US\$ 50 milhões que cada empresa taiwanesa pode, no momento, investir na RPC. Espera-se, também, que venham a ser liberadas restrições para que fábricas de setores estratégicos transfiram para a China capital em áreas como petroquímicos, energia e tecnologia de ponta, principalmente em informática. Tratar-se-ia, simplesmente, de usufruir das vantagens competitivas da outra margem.

Existe, no entanto, receio local de que esse magnetismo exercido pela China sobre a indústria formosina resultaria, a curto prazo, na perda de lide-

rança científica e tecnológica – que já ocorre, por exemplo, em telecomunicações – gerência e marketing. Esta evolução – caso não haja progresso em outras dimensões do relacionamento bilateral – significaria grave ameaça à segurança da ilha.

Busca-se, portanto, transmitir às empresas formosinas, crescentemente fascinadas pelo mercado chinês, a orientação de “keep your roots in Taiwan”. “Mainland investments are not necessarily to drain out Taiwan’s manufacturing industries, but for Taiwan companies to extend their power overseas”, têm sido as palavras de ordem. Nessa perspectiva, espera-se que autoridades locais adotem medidas que, por um lado, fortaleçam a capacidade das empresas formosinas em “R&D”, em suas matrizes, nesta ilha e, por outro, relaxem as proibições para investimentos no continente, onde existe abundância de mão de obra barata e espaço para instalação de fábricas.

A propósito das oportunidades oferecidas, na dimensão econômica de seu relacionamento, pela RPC a Taiwan, verifica-se que estas não se resumem ao vasto mercado, situado a poucos quilômetros, logo a serem percorridos diretamente, pelos “three links”. Para muitas empresas formosinas, o continente é atrativo, também, pela possibilidade de consagração de marcas taiwanesas. Como se sabe, a maior parte das fábricas que produzem computadores ou seus componentes, o fazem na base de “original equipment manufacturing” (OEM). Seus produtos, então, são comercializados pelas grandes multinacionais, como COMPAC, DELL e IBM, entre outras. Haveria, no entanto, margem maior de lucro, caso nomes como “Quanta” e “ASUSTEK” fossem mais conhecidos. Estas duas empresas, portanto, encontram-se entre as que se estão estabelecendo na China, com vistas ao mercado local, apresentando suas próprias marcas. Etapa posterior seria a comercialização no resto da Ásia-Pacífico.

No que diz respeito ao recente acesso da RPC à Organização Mundial do Comércio, tal evolução, segundo entendido aqui, representará aumento significativo da competitividade de suas exportações no

mercado global. Entre os produtos chineses que se beneficiarão, pode-se incluir têxteis, calçados, eletrônicos, brinquedos e navios. Nestes setores, principalmente, encontram-se concentrados investimentos taiwaneses.

Na medida em que aumentem as vendas chinesas ao exterior, crescerá, também, o comércio através do estreito, com o incremento na oferta de insumos e componentes taiwaneses às indústrias da RPC. Gradativamente, formar-se-á ciclo virtuoso, em que, com o avanço tecnológico industrial no continente, o fornecimento de insumos formosinos será, cada vez mais sofisticado.

Outro benefício, a resultar da ingresso chinês na OMC, será a redução das barreiras ao comércio exterior, particularmente nas que dizem respeito aos componentes eletrônicos, que representam a maior parte das vendas da ilha ao continente, com o aumento destas exportações. Por outro lado, uma vez que a China reforce sua legislação comercial, deverá haver incentivos adicionais para que, diante da redução das incertezas já citadas acima, para o incremento de investimentos formosinos em pequenas e médias empresas chinesas.

Em sua dimensão política, o ingresso da RPC na OMC, oferecerá oportunidade para o fortalecimento de formas de governança e de organização de mercado na Ásia-Pacífico, de acordo com o ordenamento internacional vigente. Segundo este

ponto-de-vista, tal evolução levaria, mesmo, à introdução de maior liberdade econômica na República Popular. Esta visão prospectiva é compartilhada por Taiwan, que vê na globalização da economia solução para problemas como as diferenças de interpretações quanto ao sentido de “uma China”, pois o “production sharing” transformaria o continente chinês e a ilha em mercado único. Isto porque, por um lado, existe toda uma rede de vínculos empresariais, comerciais e financeiros, que geram tanto complementariedade, quanto conflito, necessitando, portanto, de instituições capazes de gerenciar tais interesses. Por outro, enquanto permanecer o impasse político sobre o reconhecimento mútuo da governabilidade de cada uma das partes, aumentará a possibilidade de que disputas no patamar econômico possam refletir-se no incremento de tensões na dimensão de segurança. Daí, a adesão da China e Taiwan à OMC e outros órgãos reguladores da economia mundial representar uma tendência favorável para as relações através do estreito, de forma a que normas de mercado venham a ser aqui arbitradas por entidade supranacional.

Como se vê, há tendências visíveis no sentido da criação de um bloco comercial, de mega proporções, que poderá unir, nesta parte do mundo, a economia da China às de forte influência cultural sua, tanto ao Sul da RPC – conforme analisado em artigos anteriores – quanto no outro lado do estreito que dá o nome a esta coluna – na forma analisada acima.

## Sobre Meridiano 47

O *Boletim Meridiano 47* não traduz o pensamento de qualquer entidade governamental nem se filia a organizações ou movimentos partidários. *Meridiano 47* é uma publicação digital, distribuído exclusivamente em *RelNet - Site Brasileiro de Referência em Relações Internacionais* ([www.relnet.com.br](http://www.relnet.com.br)), iniciativa da qual o *IBRI* foi o primeiro parceiro de conteúdo. Para ler o formato digital, distribuído em formato PDF (*Portable Document Format*) e que pode ser livremente reproduzido, é necessário ter instalado em seu computador o software *Adobe Acrobat Reader*, versão 3.0 ou superior, que é descarregado gratuitamente em <http://www.adobe.com.br/>.

©2000-2001 Instituto Brasileiro de Relações Internacionais – Todos os direitos reservados. As opiniões expressas nos trabalhos aqui publicados são da exclusiva responsabilidade de seus autores.

## O Brasil e as crises financeiras internacionais, 1995-2001

Paulo Roberto de Almeida\*

Nos anos 1990, crises financeiras abalaram o sistema internacional, começando pelo México em 1994-95, continuando na Ásia dois anos depois, estendendo-se à Rússia em agosto de 1998 e logo em seguida ao Brasil. Elas continuaram a manifestar-se em 2001 na Turquia e na Argentina, com novo impacto no Brasil. Elas não foram as primeiras, nem serão as últimas de uma série que Charles Kindleberger chamou de “manias, pânico e colapsos” do capitalismo. Os mercados geralmente funcionam, mas eles podem enfrentar rupturas, o que requer intervenção governamental para prover estabilidade. O dilema é que se os mercados sabem que alguma ajuda virá, eles vão quebrar mais freqüentemente e funcionar de maneira menos eficiente. Este é o debate atual em torno do chamado *moral hazard*, comportamento de risco dada a existência de um “salvador”.

Como revelado no livro de Paul Blunstein (*The Chastening: Inside the Crisis that Rocked the Financial System and Humbled the IMF*), quando a crise atingiu o Brasil e ameaçou propagar-se a outros países emergentes, o sistema internacional ficou ele próprio sob risco de colapso, o que levou a reuniões de emergência das autoridades do G-7 e do FMI. O novo pacote de ajuste fiscal do Brasil veio junto com um acordo com o FMI e o G-7 (em novembro de 1998), prevendo ajuda de US\$ 20 bilhões em três meses e até 32 bilhões no prazo de um ano (mais 9 bilhões do BIRD e do BID). Ele inaugurou uma nova modalidade de apoio, já que se tratava de prover recursos preventivamente, antes de inadimplência, seguida de moratória, como no caso da Rússia. O Brasil se comprometeu a manter a disciplina monetária mas preservou a política cambial, baseada num regime flexível de desvalorizações dentro de uma banda de

flutuação. Esse regime foi alterado em janeiro de 1999, adotando-se a partir de então a flutuação.

A recuperação econômica, na esteira da desvalorização, foi bem sucedida e, em abril de 2000, o Banco Central anunciou a queda dos juros e o pagamento antecipado (10 bilhões de dólares) dos montantes sacados (20 bilhões) sob o pacote de 1998. Em meados de 2001, contudo, com o agravamento da crise argentina e o aparecimento de novas incertezas nos mercados financeiros, o Brasil retirou nova “fatia” da linha de crédito *stand-by* ainda aberta, agregando 2 bilhões de dólares às disponibilidades liberadas pelo acordo com o FMI.

Para o Brasil, a deterioração argentina, combinada a problemas conjunturais – crise energética – e a dificuldades estruturais – como a baixa competitividade externa, a despeito da desvalorização – representou uma ameaça real ao equilíbrio de um ciclo que vinha prometendo uma fase virtuosa. Nessas condições, começou a delinear-se a continuidade do programa de assistência do FMI, que deveria encerrar-se em novembro de 2001. A decisão foi implementada em agosto, mediante novo acordo *stand-by* com a liberação de US\$ 15 bilhões.

Um aspecto eventualmente “positivo” dessas crises financeiras pode ser localizado no reforço das tendências à cooperação internacional em matéria regulatória — como revelado no programa de trabalho do G-20, nova instância de coordenação informal de medidas tendentes a reformar, consensualmente, a chamada “arquitetura financeira internacional” — e, em termos práticos, na nova legitimidade atribuída às medidas de intervenção nos mercados. A implementação de “fundos de contingência” de âmbito regional sempre foi recusada pelos países do

\* Diplomata de carreira (atualmente é ministro conselheiro da Embaixada do Brasil em Washington) e doutor em ciências sociais pela Universidade de Bruxelas. As opiniões expressas no presente texto são exclusivamente as de seu autor e não correspondem a posições ou políticas do Ministério das Relações Exteriores ou do Governo brasileiro.

G-7, uma vez que isso poderia aumentar o *moral hazard* na condução das políticas macroeconômicas nacionais e das estratégias de empréstimo das instituições privadas.

As turbulências financeiras de 1997 a 2001 testaram no mais alto grau a capacidade das autoridades econômicas do Brasil de lidar com os efeitos sistêmicos da volatilidade dos capitais, capazes de abalar os fundamentos da política monetária e as condições de equilíbrio da balança de pagamentos. A política de metas inflacionárias submetida a monitoramento por parte dos mercados, podendo-se dizer que os resultados foram melhores do que o esperado. Em todo caso, o Brasil terá de continuar administrando a agenda interna de ajuste fiscal e de redução das taxas de juros, ao mesmo tempo em que lida com as novas demandas externas em matéria de coordenação das políticas econômicas no âmbito do Mercosul e de abertura de seu sistema econômico. O Brasil, apontado em várias ocasiões como *the next one* das turbulências financeiras, saiu-se relativamente bem nos exercícios de contenção de crises bancárias,

sobretudo porque suas autoridades financeiras tiveram a coragem de, recusando o debate “ideológico”, se colocar “contra a corrente” da aparentemente majoritária *mainstream economics* no que se refere à liberalização financeira e dos movimentos de capitais. Foram mantidos, por exemplo, mecanismos de controles de capitais a serem utilizados em situações emergenciais, como de resto as autoridades financeiras continuam a manipular instrumentos suficientes (depósitos compulsórios, por exemplo, ou aumento da taxa temporária via IOF) para contrabalançar movimentos bruscos na base monetária.

A capacidade do Brasil de influenciar a definição mesma dos novos mecanismos de estabilização da economia mundial e, sobretudo, de participar de sua implementação efetiva é manifestamente reduzida, mas o controle das nossas próprias turbulências já representa, por si, uma contribuição significativa para a continuidade do processo de integração regional no Mercosul e do bom desempenho da economia latino-americana.

## Assine a Revista Brasileira de Política Internacional – RBPI

Assinatura Anual (2 Edições)

Pessoa Física: R\$ 40,00 – Pessoa Jurídica: R\$ 60,00 – Exterior: US\$ 30,00

**Envie o cupom de assinatura e a forma de pagamento escolhida (cheque ou cópia de depósito bancário) para:**

*Instituto Brasileiro de Relações Internacionais – IBRI*

Caixa Postal 4400 – 70919-970 – Brasília-DF – Brasil – Telefax: (55 61) 307 1655

E-mail: [ibri@unb.br](mailto:ibri@unb.br) <http://www.ibri-rbpi.org.br>

### Cupom de Assinatura:

Nome: \_\_\_\_\_

Instituição: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_

Endereço: \_\_\_\_\_

Bairro: \_\_\_\_\_ CEP: \_\_\_\_\_ Cidade: \_\_\_\_\_ UF: \_\_\_\_\_

Tel.: (        ) \_\_\_\_\_ Fax.: (        ) \_\_\_\_\_

País: \_\_\_\_\_ E-mail: \_\_\_\_\_

Período de assinatura: (    ) 1 ano (    ) 2 anos (    ) 3 anos (    ) 4 anos (    ) 5 anos

Envie junto com este cupom depósito bancário no valor da(s) assinatura(s) em favor do **IBRI – Instituto Brasileiro de Relações Internacionais**, efetuado na conta 437552-1, agência 3603-X, Banco do Brasil.

## Diplomacia Presidencial

Márcio C. Coimbra\*

O Presidente Fernando Henrique Cardoso deixará conquistas importantes para seu sucessor, especialmente no campo internacional. É inegável, até para os mais ferrenhos opositores deste governo, que o Brasil avançou muito no aspecto político das relações internacionais. Esta nova diretriz, implementada com êxito por FHC, se chama “Diplomacia Presidencial”. Nela, as atribuições do Presidente vão além daqueles atos internacionais comuns praticados por mandatários nacionais. Neste momento, passa-se de uma atuação passiva, associada à exigência do cargo, para uma atuação ativa, como instrumento de afirmação do país.

Antes de FHC, o Brasil já possuiu outros exemplos de exercício desta iniciativa diplomática, como lembra Sérgio Danese em seu livro “Diplomacia Presidencial”. Como exemplo mais antigo, podemos considerar a visita realizada por Campos Salles à Argentina, que apesar de reflexa, pode ser considerada como diplomacia ativa de chefe de Estado. Os mandatários que assumiram, de maneira mais marcante este tipo de política, contudo, situam-se em outro momento histórico. O primeiro deles pode ser considerado Getúlio Vargas, período em que foram praticados encontros de fronteira, além do acordo para implementação da CSN. O Presidente Eurico Dutra também usou do expediente da diplomacia presidencial, marcada especialmente pela primeira visita de um mandatário brasileiro a Washington. O mais marcante antes de FHC, entretanto, foi JK, que exerceu praticamente todos os tipos de diplomacia presidencial. Os principais exemplos da atitude ativa do Presidente nas relações internacionais foram, além de diversos en-

contros de fronteira, a visita de Eisenhower ao Brasil e a Operação Pan Americana (OPA).

Esta via diplomática exercida por chefes de Estado ou chefes de governo tem crescido no mundo atual. Os maiores exemplos são os papéis exercidos pelo premiê Tony Blair e especialmente pelo antigo Presidente americano Bill Clinton. O atual chefe da Casa Branca, George W. Bush, mostrou o início da implementação desta característica após os eventos de 11 de setembro. Este tipo de política pode assumir várias roupagens, entre elas, encontra-se em voga atualmente, a chamada diplomacia de doutrinas. Os maiores exemplos ocorreram com Brejnev, Truman e Roosevelt. Talvez, a posição atual da Casa Branca na Guerra Contra o Terrorismo indique o surgimento de algo neste sentido.

A Diplomacia Presidencial do Presidente Fernando Henrique, entretanto, sustenta-se em outras formas. A primeira delas é a condução pessoal do processo decisório de política externa, ou seja, existe a concepção e direcionamento das posições internacionais brasileiras regidas diretamente pelo Presidente. A segunda é aquela que diz respeito aos encontros e visitas, mais visível, claramente representada pela viagem de FHC em apoio à Argentina durante sua crise econômica. Em algumas visitas pode ser priorizada a questão política, como recentemente ocorreu em Estocolmo durante reunião da Progressive Governance, em outras a face comercial pode possuir maior relevância, quando representantes de setores empresariais nacionais acompanham a delegação presidencial com vistas a negociar acordos de possam incrementar o comércio entre os países.

\* Professor de Direito e Relações Internacionais da Universidade Católica de Brasília (UCB).

Talvez por FHC ter sido Chanceler antes de ocupar o Planalto, este traço diplomático tenha maior acentuação em sua administração. Nos discursos de posse já era clara a intenção de usar a Diplomacia Presidencial como instrumento, política e diretriz de política externa. Como resultado o Brasil voltou a transitar e ser referência em diversos fóruns internacionais como o Grupo do Rio,

e abriu novos canais de comunicação na esfera externa. Logo, percebe-se que os avanços obtidos pela política externa implementada pelo Presidente foram extremamente benéficos para o Brasil. Este pode ser o maior legado e a mais preciosa herança deixada para o próximo ocupante do Palácio do Planalto.



## ***Meridiano 47***

*Boletim de Análise de Conjuntura em Relações Internacionais*



INSTITUTO BRASILEIRO DE  
RELAÇÕES INTERNACIONAIS

ISSN 1518-1219

**Editor:** Antônio Carlos Lessa

**Conselho Editorial:**

**Alcides Costa Vaz, Amado Luiz Cervo, Antônio Jorge Ramalho da Rocha, Estevão R. Martins, Francisco Doratioto, José Flávio S. Saraiva, Luiz Fernando Ligiéro, Argemiro Procópio Filho, Virgílio Caixeta Arraes.**

**Diagramação e Edit. Eletrônica:** Samuel Tabosa de Castro – [samueltabosa@ig.com.br](mailto:samueltabosa@ig.com.br) – 9956-1028

## Os EUA e o golpe contra Chávez

Luiz Alberto Moniz Bandeira\*

Em 1989, apenas alguns dias após a ascensão de Carlos Andrés Pérez, da Acción Democrática, à presidência, o povo saiu às ruas para expressar repúdio ao pacote econômico, um duro plano de ajuste, nos moldes exigidos pelo FMI e que ele pretendeu aplicar. A violenta série de distúrbios e saques, culminou com quase 300 mortos e o ambiente de descontentamento recresceu de tal modo que levou o tenente-coronel Hugo Chávez, comandando cerca de 300 efetivos, a tentar um golpe de Estado, em 3 de fevereiro de 1992. O golpe fracassou, mas Chávez tornou-se tão popular que se elegeu legal e legitimamente presidente da Venezuela, em 1998, à frente do Movimiento V República (MVR), com a promessa de promover “*una revolución pacífica y democrática*”.

Orientado pelo princípio de que o povo integrado como nação constituía poder soberano podia romper revolucionariamente com o regime jurídico, político ou sócio-econômico que não se adequasse às suas aspirações ou que fosse obstáculo ao seu progresso, ele convocou um referendun para votar nova Constituição<sup>1</sup>, aprovada por 71,21% dos eleitores, mudando as estruturas políticas e jurídicas e o nome do país para República Bolivariana de Venezuela. Essa Constituição rompeu o modelo democrático tradicional, dentro do qual durante 42 anos, dois partidos – Acción Democrática, de tendência social-democrata, e Copei (democrata-cristão) de centro-direita, repararam o poder. E Chávez, cujo mandato de presidente

da República foi ampliado para 6 anos e confirmado através de novas eleições realizadas em 2000, modificou não apenas as diretrizes econômicas como reorientou a política exterior da Venezuela, estreitando relações com Cuba, com a qual firmou um acordo para a venda de 53.000 barris diários de petróleo a preços de mercado, bem como com o Iraque e a Líbia, vistos como inimigos dos EUA.

A Venezuela, com a tendência de Chávez para o nacionalismo de esquerda, configurou mais outro obstáculo às negociações para o estabelecimento da ALCA, e colocou os EUA, dos quais era principal fornecedor de petróleo, diante do problema de ter de respeitar a vontade popular, mantendo coerência com a política de promoção da democracia, empreendida nos anos 90, e evitar ao mesmo tempo que ela se convertesse na Cuba de pós-guerra fria e Hugo Chávez se transformasse em vítima, em um segundo Fidel Castro, dado o sentimento anti-norte-americano existente em toda a América Latina. Dai porque administração Clinton preferiu evitar custos políticos e econômicos, no âmbito nacional e regional, e tomou a atitude de *wait and see*, embora tratasse de efetivar o Plano Colômbia, de modo a prevenir não apenas que o exemplo da Venezuela contaminasse países como Bolívia, Equador e Colômbia, nos quais as políticas de liberalização econômica produziam a exclusão social e desestabilizavam os regime, mas também estorvar a integração do Mercosul com o Bloco Andino.

\* Cientista político, professor (aposentado) de história da política exterior do Brasil na Universidade de Brasília (UnB) e autor de várias obras, entre as quais *O Governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil – 1961-1964* e *De Marti a Fidel: a revolução cubana e a América Latina*.

<sup>1</sup> Em novembro de 1998, ocorreu na Venezuela a eleição presidencial e legislativa regular exigida pela Constituição de 1961. Chávez ganhou a votação para a presidência mas não a maioria legislativa. Em abril de 1999 realizou-se um referendun consultivo sobre a convocatória de uma Assembléia Constituinte. Em julho do mesmo ano ocorreu a eleição dos 131 constituintes, dos quais 125 receberam apoio de Chávez e apenas 6 configuraram a oposição. E em dezembro efetivou-se o referendun no qual a Constituição da chamada Quinta República denominada posteriormente, República Bolivariana de Venezuela, obteve 71,21% de aprovação.

Apesar de que a Venezuela fosse, juntamente com o Equador, um dos dois únicos países da América do Sul a ter, na segunda metade dos anos 90, saldo positivo na sua balança comercial, devido às exportações de petróleo para os EUA, Chávez não teve condições de conter a crise econômica e social, agravada pela fuga de capitais, bem como pelas enchentes e desabamentos que ocorreram em fins de 1999 e causaram enormes prejuízos, avaliados entre US\$ 15 e US\$ 20 bilhões. A situação na Venezuela deteriorou-se e em fins de 2001 tornou-se bastante instável, a indicar que um processo de desestabilização do governo estava em curso. E, dada a sobrevalorização da moeda venezuelana – o Bolívar, Hugo Chávez alternativa não teve, senão liberar o câmbio, no início de 2002, abandonando o sistema de bandas, a fim de estancar sangria nas reservas internacionais, que caíram de US\$ 16,1 bilhões de dólares em janeiro de 2001 para US\$ 12,2 bilhões, em dezembro, a maior queda em uma década, o que reduziu as reservas do Banco Central em 23,7%. Cerca de US\$ 700 milhões evadiram-se da Venezuela somente na primeira semana de fevereiro de 2002. A redução das reservas internacionais, acompanhada pela queda dos preços do petróleo, deixou-lhe pouco espaço de manobra. E, em meio de sua pior crise política, Hugo Chávez teve de fazer completa revisão no orçamento de US\$ 34,34 bilhões, com a redução de gastos em 7% e corte de dívidas do governo pela metade, um ajuste econômico tão forte

*“ A Administração Bush tinha decerto profundas razões para preocupar-se com a América Latina, apesar de que suas atenções estivessem voltadas, sobretudo, para a guerra no Afeganistão e a crise no Oriente Médio, onde o conflito entre Israel e os palestinos recrudescia.”*

que derrubou abruptamente o valor do bolívar (19% em relação ao dólar), e transformou o centro de Caracas em um cenário similar ao de Buenos Aires<sup>2</sup>, onde as manifestações de massa (*cazero/azos*) derrubaram o governo da dupla Fernando de la Rúa-Domingos Cavallo (19/21.12.2001).

Pouco tempo depois, o secretário de Estado norte-americano, Colin Powell, referiu-se, perante o Comitê de Relações Exteriores do Senado norte-americano, aos *“difficult problems”* na Argentina, Colômbia, Venezuela e em outras partes da América Latina<sup>3</sup>, e disse que as ações do presidente Hugo Chávez preocupavam a Administração Bush, devido aos seus comentários sobre a campanha contra o terrorismo, bem como ao fato de não tê-la apoiado tanto como poderia ha-

ver feito e escolher para visitar alguns dos “lugares mais estranhos” (Iraque e Cuba), qualificados como “estados párias” pelos EUA<sup>4</sup>. Esse pronunciamento provocou diversas reações do Governo Chávez, que acusou Washington de atentar contra a soberania venezuelana. Mas, quase ao mesmo tempo, o diretor da CIA, George J. Tenet, deu ao Select Committee on Intelligence do Senado norte-americano um depoimento semelhante, ao reconhecer que a situação na América Latina estava *“becoming increasingly volatile as the potential for instability there grows”* e que a região fora açoitada por cinco crises econômicas, em menos de um ano, e que ainda mais agravara sob o impacto dos atentados de 11 setembro<sup>5</sup>. Dentro des-

<sup>2</sup> La Nacion, Buenos Aires, 14.02.2002, p. 2.

<sup>3</sup> Secretary Colin L. Powell – Statement on President Bush’s Budget Request for FY 2003 Senate Foreign Relations Committee – Washington, DC February 5, 2002

<sup>4</sup> El Universal – Caracas, miércoles 06 de febrero, 2002. Essas referências ao presidente Hugo Chávez não constam dos textos do testemunho de Collin Powel, liberados pelo Departamento de Estado.

<sup>5</sup> George J. Tenet – Worldwide Threat – Converging Dangers in a Post 9/11 World Testimony of Director of Central Intelligence before The Senate Select Committee on Intelligence. 06.2.2002.

se contexto, ele se mostrou particularmente preocupado com a Venezuela, o terceiro maior fornecedor de petróleo dos EUA, salientando que o descontentamento com o presidente Chavez e a *“Revolución Bolivariana”* *“is growing, economic conditions have deteriorated with the fall in oil prices, and the crisis atmosphere is likely to worsen”*<sup>6</sup>.

A Administração Bush tinha decerto profundas razões para preocupar-se com a América Latina, apesar de que suas atenções estivessem voltadas, sobretudo, para a guerra no Afeganistão e a crise no Oriente Médio, onde o conflito entre Israel e os palestinos recrudescia. Collin Powell, quando falou perante o Senado norte-americano, observou que os EUA estavam a vender mais para a América Latina e o Caribe do que para a União Européia e que seu comércio era maior dentro do NAFTA do que com a União Européia e o Japão somados<sup>7</sup>. *“We sell more to Mercosur than to China”* – disse Collin Powell, ao ressaltar que a América Latina e o Caribe eram o *“fastest growing export market”* dos EUA, razão pela qual, claramente, o presidente Bush estava certo em concentrar sua atenção sobre esse hemisfério e nos esforços para criar a ALCA<sup>8</sup>. Tudo isto indicava, segundo Powell, que a Administração Bush se movimentava na direção cer-

ta, *“in our own hemisphere”*, não obstante os *“difficult problems”* na Argentina, Colômbia, Venezuela e em outras partes da América Latina<sup>9</sup>. *“We need to keep democracy and market economics on the march in Latin America, and we need to do everything we can to help our friends dispel some of the dark clouds that are there”* – Collin Powell acrescentou<sup>10</sup>.

Colin Powell e George J. Tenet não estavam a especular. Sabiam realmente dos preparativos para depor o presidente Hugo Chávez, pois altos funcionários da Administração Bush já se haviam encontrado, diversas vezes, com os dirigentes da coalizão que articulava o golpe de estado na Venezuela<sup>11</sup>. E suas declarações sinalizaram essa direção, tanto assim que a agitação recresceu em Caracas e, logo dois dias depois, em 7 de fevereiro, o coronel da Aviação, Pedro Vicente Soto Fuentes, e o capitão da Guarda Nacional, Pedro Flores Rivero, apoiados por outros militares, rebelaram-se, exigindo a renúncia de Hugo Chávez, que Donna Hrinak, então embaixadora dos EUA em Caracas, logo acusou de ter *“simpatia”* pela guerrilha colombiana<sup>12</sup>. E, conquanto Chávez conseguisse debelar a rebelião, o presidente George W. Bush decidiu formalizar seu isolamento, dentro do sistema

<sup>6</sup> Ibid. Também se referiu à Argentina, onde, segundo percebia, o presidente Duhalde tentava preliminarmente manter a ordem pública, para promover a recuperação econômica, mas seu apoio era pequeno, e acentuou que a situação na Colômbia permanecia *“highly volatile”*, o processo de paz enfrentava muitos obstáculos e a violência aumentava, sobretudo pelas FARC, que representava uma *“serious threat”* aos interesses dos EUA na América Latina.

<sup>7</sup> Statement on President Bush’s Budget Request for FY 2003 Secretary Colin L. Powell – House International Relations Committee Washington, DC February 6, 2002 As delivered.

<sup>8</sup> Ibid.

<sup>9</sup> Secretary Colin L. Powell – Statement on President Bush’s Budget Request for FY 2003 Senate Foreign Relations Committee. Washington, DC, February 5, 2002. As prepared.

<sup>10</sup> Ibid.

<sup>11</sup> *“Bush Officials Met With Venezuelans Who Ousted Leader”*, in The New York Times, NY, 16.04.2002. DeYoung, Karen – *“U.S. Details Talks With Opposition”*, in The Washington Post, Wash., 17.04.2002. *“Administration sources have confirmed to Newsweek that in late February, dissident Venezuelan military officers informed U.S. Embassy officials in Caracas about plans for a coup against Chavez. The officers sought guidance on the U.S. government’s position. They were told that “this was something that was not acceptable, that a coup was not the way to go,” says one U.S. official. In any case, the Bush administration was certainly not sorry to think Chavez was gone”*. Gunson, Phil & Contreras, Joseph – *“Chaos in Caracas”*, Newsweek, 16.04.2002

<sup>12</sup> Em meados de fevereiro de 2002, a embaixadora dos EUA em Caracas, Donna Hrinak em entrevista à televisão Televen que aos Estados Unidos *“preocupa”* que *“hay cierta simpatía”* do governo venezuelano para com os guerrilheiros colombianos, que ela chamou de terroristas, recordando que Chávez não os considerava como tal.

interamericano e regional, ao pedir que a Venezuela não fosse convocada para a reunião dos países andinos, a realizar-se em 23 de março de 2002, no Peru. Bush demonstrou assim que os EUA não mais estavam mais dispostos a aceitar a inflexão da Venezuela para uma espécie de nacionalismo de esquerda. Como o próprio historiador Kenneth Maxwell, membro do Council of Foreign Relations, dos EUA, depois de 11 de setembro a atitude americana endureceu, e ninguém em Washington ficaria “muito infeliz” se Chávez deixasse o governo<sup>13</sup>, não apenas, decerto, porque ele se aproximara de Fidel Castro e dos chefes de governo do Iraque, Saddam Hussein, e da Líbia, Muammar Kadafi, mas também porque a Venezuela, dentro do Bloco Andino, passara a constituir o contraponto do Brasil, na resistência à implantação da ALCA e se opunha à intervenção multilateral na Colômbia<sup>14</sup>. E a atmosfera para o golpe de estado conformou-se, quando a Central dos Trabalhadores Venezuelanos (CTV), controlada pelos partidários de Carlos Andrés Pérez, convocou, em 6 de abril, uma greve geral de 24 horas, por motivos salariais, contando com o respaldo da poderosa organização patronal – Fedecámaras – e outros setores civis.

*“ Os EUA, obviamente, encorajaram esse golpe de estado, através da CIA e outras agências, que orquestraram as operações encobertas (covert actions), tal como fizeram no Brasil, em 1962/1964 e no Chile, em 1971/73.”*

Essa crise recrudescceu com a destituição de sete altos executivos da companhia Petróleos de Venezuela SA (PDVSA), em virtude do conflito em que estavam com a direção por Chávez nomeada. E em 10 de abril, com o objetivo declarado de compelir Chávez a sair do governo, os dirigentes da CTV e da organização patronal Federación de Câmaras (Fedecámaras) declararam que a greve geral seria indefinida e, no dia seguinte, instaram a multidão a marchar para o Palácio Miraflores, com o objetivo de exigir sua renúncia. E na seqüência dessa demonstração de protesto e atos de violência, em que as tropas da Guarda Nacional intervieram e pelo menos 15 pessoas morreram e cerca de 110 resultaram feridas, por balas que partiram, segundo algumas versões, de agentes provocadores, franco-atiradores colocados em janelas de alguns edifícios de Caracas<sup>15</sup>, o golpe de estado foi perpetrado. De 11 para 12 de abril, após esses acontecimentos, três generais prenderam Chávez, levaram-no para o Forte Tiuna, escoltado pelo antigo ministro da Defesa, José Vicente Rangel, e pelo chefe da segurança do Palácio Miraflores, Manuel Rosendo, e o general Lucas Rincón Romero, chefe do Estado Maior do Exército da Venezuela, anunciou que ele renunciara à presi-

<sup>13</sup> Maxwell, Kenneth – “A América Latina joga a toalha”, in Folha de São Paulo, 08-4-2002. Artigo especialmente escrito para a *Folha de São Paulo*.

<sup>14</sup> “Chavez’s departure removes a leader whom the United States had long viewed as a potential threat to its interests in the Andes, now dominated by the war in neighboring Colombia. Marxist guerrillas there have intensified their campaign against the U.S.-backed Colombian government, and Chavez has refused a number of U.S. requests for help on the issue”. Wilson, Scott – “Leader of Venezuela Is Forced To Resign”, *The Washington Post*, Wash., 13.04.2002.

<sup>15</sup> A Guarda Nacional e outros funcionários armados, que protegiam o edifício do governo, no dia 11 atacaram e foram atacados quando a manifestação, que se dirigia para os escritórios centrais da companhia Petróleos de Venezuela (PDVSA), mudou de rumo e se precipitou contra o Palácio Miraflores. Do alto de três edifícios, franco-atiradores (constou que eram pertencentes organização Bandera Roja, inimiga do chavismo) dispararam contra a cabeça e o coração de partidários de Chávez. Segundo o ministro da Defesa, José Vicente Rangel, cerca de 90% dos mortos eram partidários de Chávez. A versão da oposição é diametralmente oposta: os Círculos Bolivarianos e os setores mais radicais do próprio governo colocaram os atiradores de precisão nos edifícios para dispersar a uma rebelião civil. Aznárez, Juan Jesús – “¿Quién disparó en Miraflores?”, in *El País*, Madrid 20.04.2002.

dência da República. Pedro Carmona Estanca, presidente da Fedecámaras, assumiu então o governo da Venezuela, contando com o apoio dos meios de comunicação, TVs, rádios e jornais.

Os EUA, obviamente, encorajaram esse golpe de estado, através da CIA e outras agências, que orquestraram as operações encobertas (*covert actions*), tal como fizeram no Brasil, em 1962/1964 e no Chile, em 1971/73<sup>16</sup>. A possibilidade de derrubar Chávez, Desde junho de 2001, pelo menos, o coronel Ronald MacCammon, adido militar dos EUA na Venezuela, e seu assistente, tenente-coronel James Rogers, já estavam a examinar com os militares venezuelanos a possibilidade de derrubar Chávez, segundo Wayne Madsen, o antigo agente do serviço de inteligência da marinha norte-americana, revelou ao jornal inglês *The Guardian*<sup>17</sup>. E, na medida em que a situação econômica e a segurança da Venezuela deterioraram-se, sobretudo a partir dos fins de 2001, o governo de George W. Bush tratou de aproveitar o crescente caos na Venezuela para unir as forças da oposição e as prover com planejamento e recursos de inteligência de modo a converter a greve dos trabalhadores na indústria de petróleo em movimento para

derrubar Chavez da presidência, ainda que isto significasse uma ruptura da legalidade constitucional e do regime democrático. Naquele ano, 2001, os EUA canalizaram centenas de milhares de dólares para os grupos americanos e venezuelanos adversos ao presidente Hugo Chávez, inclusive a CTV, através da National Endowment for Democracy, agência criada pelo Congresso, que quadruplicou incrementou as doações, elevando seu orçamento para a Venezuela e mais de US\$877.000<sup>18</sup>, assim que as condições em Carcaças se agravaram. E os agentes da CIA e da DIA<sup>19</sup> atuaram junto aos militares venezuelanos, aos dirigentes da Fedecámaras e aos líderes sindicais, com o objetivo de coordenar a conversão do que seria uma pequena greve em uma demonstração de protesto e indignação contra nomes designados por Chávez para integrar o corpo de diretores da companhia estatal de petróleo (PDVSA), com o claro objetivo de criar uma atmosfera de incerteza na Venezuela, ao paralisar sua mais importante indústria, responsável por cerca de 80% das exportações do país e por quase 15% das importações de petróleo dos EUA, percentual esse maior do que o da Arábia Saudita. De fato, o papel da Venezuela, com as maiores reservas de petróleo e gás

<sup>16</sup> “Venezuelan President Hugo Chavez is Restored” – Analysis by Alex Volberding and Larry Birns, COHA research group. O Council on Hemispheric Affairs (COHA) foi fundado em 1975, como organização de pesquisa e informação, independente, não-lucrativa, não partidária e isenta de impostos, sendo considerada no Senado norte americano como “one of the nation’s most respected bodies of scholars and policymakers”. Nessa análise, divulgada através da Internet, em 15 de abril de 20002, os pesquisadores Alex Volberding e Larry Birns, do Conselho para Assuntos Hemisféricos (COHA), vão além. Eles afirmam que a Agência Central de Inteligência dos EUA (CIA) poderia estar por trás dos acontecimentos que motivaram a destituição de Chávez. Os membros da organização independente com sede em Washington afirmam que as declarações de funcionários dos EUA fortalecem a suspeita.

<sup>17</sup> Wayne Madsen, antigo agente do serviço de inteligência da marinha norte-americana, revelou ao jornal inglês *The Guardian* que, desde junho de 2001, os EUA estavam a considerar a possibilidade de derrubar Chávez, e seus navios, estacionados no Caribe, entre 11 e 12 de abril, não apenas entrevistaram nas comunicações das embaixadas de Cuba, Líbia, Irã e Iraque, como permaneceram em estado de alerta, com o objetivo de evacuar os cidadãos americanos, se necessário. Campbell, Duncan – “American navy ,helped Venezuelan coup”, *The Guardian*, Londres, 29.04.2002. O presidente Hugo Chávez revelou a uma comitiva de deputados brasileiros, chefiada pelo deputado Aldo Rebelo (PCdoB/SP), presidente da Comissão de Relações Exteriores da Câmara, que o governo venezuelano tem registros da presença de oficiais do exercito americano no Forte Tiúna no dia do golpe. , ‘Ele tem tudo anotado, a que horas os adidos militares americanos saíram dos quartéis e a que horas chegaram ao forte”, disse o deputado Aldo Rebelo. “Chávez volta a acusar EUA” , *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 01.05.2002.

<sup>18</sup> Marquis, Christopher – “U.S. Bankrolling Is Under Scrutiny for Ties to Chávez Ouster” , *The New York Times*, New York, 25.04.2002.

<sup>19</sup> A DIA (Defense Intelligence Agency) é o serviço de inteligência do exército dos EUA.

fora do Oriente Médio, tornou-se crucial para a segurança de energia dos EUA, aos quais havia mais de um século era ininterruptamente fornecedora<sup>20</sup>.

Destarte, conforme Alex Volberding e Larry Birns, do Council on Hemispheric Affairs (COHA), se Henry Kissinger estava correto ao insistir em que qualquer ameaça externa aos depósitos de petróleo da Arábia Saudita constituiria um *casus belli* para os EUA, o mesmo poderia ser argüido com respeito à Venezuela<sup>21</sup>, que era o quinto maior exportador de petróleo do mundo e o terceiro maior fornecedor dos EUA, em cujo mercado sua indústria energética crescentemente se integrava<sup>22</sup>. Ao que tudo indica, porém, os EUA não apenas encorajaram e financiaram o golpe de estado contra Chávez. Militares americanos também participaram diretamente da sua execução. De acordo com diversas informações, na noite de 11 para 12 de abril, o coronel Ronald MacCammon, adido militar dos EUA na Venezuela, e seu assistente, tenente-coronel

James Rogers, permaneceram dentro da Comandancia del Ejército, no Forte Tiuna – principal unidade mili-

tar da capital – assessorando os generais que desobedeceram a Chávez e o destituíram da presidência da Venezuela<sup>23</sup>.

*“ Os EUA estavam preparados para reconhecer o governo de Pedro Carmona. E a fim de facilitar essa iniciativa, dado que a Carta Democrática Interamericana condenava qualquer ruptura da legalidade, Phillip Chicola, funcionário do Departamento de Estado, pediu, no dia 12, que a transição conservasse as formas constitucionais, ou seja, que a Assembléia Nacional e a Corte Suprema aprovassem a renúncia de Chávez. ”*

O respaldo dos EUA ao golpe de estado logo se evidenciou. Charles Shapiro, que em 9 de março assumira o posto de embaixador dos EUA em Caracas<sup>24</sup>, visitou imediatamente Pedro Carmona, o que implicitamente significou o reconhecimento do seu governo, enquanto o FMI, anunciava, no mesmo dia 12, que tinha recursos financeiros para a Venezuela, se necessário, procedimento diverso que adotara com respeito à Argentina. E o secretário de imprensa da Casa Branca, Ari Fleischer, disse à imprensa que os detalhes não eram muito claros, porém *“we know that the action encouraged by the Chávez government provoked this crisis”*, ao tentar suprimir uma demonstração pacífica<sup>25</sup>. Assim, ao invés de condenar a destituição de um presidente democraticamente eleito,

ele tentou negar que em Caracas ocorrera um golpe militar, insistindo em responsabilizar Chávez pela sua

<sup>20</sup> “Venezuela’s Role Supporting U.S. Energy Security” – Seminar presented by The Johns Hopkins University’s Paul H. Nitze – School of Advanced International Studies (SAIS) – October 11, 2001, 8:30 a.m. – 1:30 p.m. Petroleumworld – Caracas, Oct. 9 – <http://www.petroleumworld.com/story5494.htm>

<sup>21</sup> “Venezuelan President Hugo Chavez is Restored” – Analysis by Alex Volberding and Larry Birns, COHA research group.

<sup>22</sup> Reliable, Affordable, and Environmentally Sound Energy for America’s Future – Report of the National Energy Policy Development Group – Chapter 8: Strengthening Global Alliances: Enhancing National Energy Security and International Relationships8-6 – Release date: May 17, 2001.

<sup>23</sup> “Denúncia liga EUA a golpistas – Adido acusado de articulação anti-Chávez”, *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 19.04. 2002. “La crisis en Venezuela: revelación en Caracas – Implican a oficiales de EE.UU. en el golpe contra Chávez”, *La Nación*, Buenos Aires, 23.04.2002. Campbell, Duncan – “American navy ,helped Venezuelan coup””, *The Guardian*, Londres, 29.04.2002

<sup>24</sup> Charles Shapiro apresentou formalmente suas credenciais a Chávez no dia 19 de março de 2002.

<sup>25</sup> Forero, Juan – “Venezuela’s Chief Forced to Resign; Civilian Installed”, *The New York Times*, New York, 13.04.2002.

própria queda<sup>26</sup>. Ari Fleischer, no entanto, teve de reconhecer que altos funcionários do Governo Bush se encontraram com vários personagens da oposição a Chávez, mas, justificando tais conversações como “*a normal part of what diplomats do*”, afirmou que eles não estimularam a intentona<sup>27</sup>. Uma fonte do Pentágono também confirmou que até o próprio chefe do Estado-Maior do Exército da Venezuela, general Lucas Romero Rincón, que se recusou a enviar tanques para proteger o Palácio Miraflores e anunciou a renúncia de Chávez, tivera, em 18 de dezembro, uma reunião com o adjunto do secretário de Defesa Assistente, Roger Pardo-Maurer, e ouviu que os EUA “*unequivocally*” não aceitariam “*coups or unconstitutional actions*”<sup>28</sup>. Os altos funcionários norte-americanos, decerto, advertiram os líderes civis e militares da oposição a Chávez que os EUA “*unequivocally*” não aceitariam “*coups or unconstitutional actions*”. Mas, por isto mesmo, recomendaram decerto a montagem da farsa, a encenação conforme um *script* similar ao que o ex-secretário de Estado na administração de Lyndon B. Johnson (1963-69) Dean Rusk produzira para disfarçar o golpe

de estado no Brasil, em 1964<sup>29</sup>, ao enfatizar a necessidade de que o movimento contra o então presidente João Goulart tivesse aparência de legitimidade, de modo que os EUA pudessem fornecer a ajuda militar aos sediciosos<sup>30</sup>. Algo nesse mesmo estilo foi que ocorreu na Venezuela, a fim de permitir que a administração de George W. Bush pudesse recorrer à “*plausible denial*”, i.e., negar convincentemente a responsabilidade e a cumplicidade dos EUA com o golpe de estado, norma esta pela qual os governos norte-americanos pautaram muitas vezes suas políticas de intervenção em outros países da América Latina. Funcionários da Administração Bush comunicaram ao Congresso que Chávez renunciara à presidência da Venezuela e, ao invés de condenar a ruptura da ordem constitucional, saudaram o acontecimento como vitória da democracia.

Os EUA estavam preparados para reconhecer o governo de Pedro Carmona. E a fim de facilitar essa iniciativa, dado que a Carta Democrática Interamericana condenava qualquer ruptura da legalidade, Phillip Chicola, funcionário do Departamento de Estado, pediu, no dia 12, que a transição conservasse as formas

<sup>26</sup> “We explicitly told opposition leaders that the United States would not support a coup. Many of these conversations took place at repeated numbers of levels throughout the State Department and the NSC, as well in conversations that newly appointed Ambassador Charles Shapiro and former Ambassador Hrinak had with officials in Venezuela” – Embassy of the United States, Caracas, Venezuela – Public Affairs Office – Press Release – White House Report: Venezuela (White House Press Secretary Ari Fleischer briefed midday), 16 April 2002. “El prolongado resentimiento que causó en algunos venezolanos el régimen cada vez más antidemocrático de Chávez movió a centenares de miles de manifestantes desarmados a reunirse en la capital venezolana el 11 de abril para llevar a cabo una protesta pacífica”. Embajada de los Estados Unidos, Caracas, Venezuela, Oficina Informativa y Cultural – Boletín de Prensa- “ Respuesta de E.U.A. a crisis Venezuela fue apropiada, dicen altos funcionarios (Respuesta inicial se basó en la mejor información disponible). Por Lauren Monsen, Redactora del Servicio Noticioso desde Washington 19 de abril de 2002.

<sup>27</sup> DeYoung, Karen – “U.S. Details Talks With Opposition – Administration Insists It Did Not Encourage a Coup”, *The Washington Post*, Wash., 17.04.2002.

<sup>28</sup> Ibid.

<sup>29</sup> “It is highly desirable, therefore, that if action is taken by the armed forces such action be preceded or accompanied by a clear demonstration of unconstitutional actions on the part of Goulart or his colleagues or that legitimacy be confirmed by acts of the Congress (if it is free to act) or by expressions of the key governors or by some other means which gives substantial claim to legitimacy” Text of State Department telegram 1296 to American Embassy, Rio de Janeiro, dated March 30, 1964, 9:52 p.m. (Washington time), in Gordon, Lincon -Brazil’ second chance – En route toward the First World, Washington, Brook Institution Press, 2001 pp. 68-70.

<sup>30</sup> “Rusk continued by reading a long draft telegram to me, noteworthy for its emphasis on the need of legitimacy in any anti-Goulart movement to which we might provide military support”. Id., *ibid.*, p. 68.

constitucionais, ou seja, que a Assembléia Nacional e a Corte Suprema aprovassem a renúncia de Chávez<sup>31</sup> e novas eleições, com observadores da OEA, fossem convocadas para dentro de um prazo razoável<sup>32</sup>. Não obstante, os setores mais conservadores e radicais do Opus Dei, representados pelo contra-almirante Carlos Molina Tamayo e o multimilionário Isaac Pérez Recau<sup>33</sup>, induziram Pedro Carmona a firmar um decreto, com que ele se reservou a faculdade de destituir governadores e prefeitos eleitos, derogou a Constituição aprovada em referendun, em dezembro de 2000, e dissolveu a Assembléia Nacional, prometendo convocar eleições “*libres y democráticas*”, no prazo de um ano. Ao mesmo tempo, ele anulou as leis econômicas e sociais aprovadas legalmente pelo governo de Chávez e imediatamente ordenou a interrupção do fornecimento de petróleo a Cuba. Com esta medida, das primeiras adotadas nas poucas horas em que ocupou a presidência da Venezuela, Pedro Carmona atendeu ao

interesse do secretário-assistente de Estado para os Assuntos do Hemisfério, Otto Juan Reich, cuja equipe fora constituída com extremistas cubano-americanos, residentes em Miami, como recompensa pelos votos dados a Bush na eleição presidencial de 2000<sup>34</sup>. Obviamente, Otto J. Reich estava a advogar e a orquestrar “*dirty tricks*” para desestabilizar o governo na Venezuela, e era inconcebível que não estivesse implicado no complot, dado à intensidade do seu ódio a Fidel Castro, amigo e modelo de Chávez, bem como à sua inescrupulosa conduta quando dirigiu o Office of Public Diplomacy for Latin America and the Caribbean (S/LPD), entre 1983 a 1986<sup>35</sup>. Por isto, no mesmo dia 12 de abril, sexta-feira, Otto J. Reich, telefonou para Pedro Carmona manifestando-lhe, pronta e urgentemente, o interesse da Administração Bush em que fosse mantida a “*the appearance of democratic continuity*”<sup>36</sup>. Em outras palavras, o golpe de estado devia preservar o invólucro constitucio-

<sup>31</sup> Na mesma sexta-feira, 12 de abril, os advogados do Departamento de Estado, estudando a constituição da Venezuela, notaram que a renúncia do presidente da República não era válida até que fosse aceita pela Assembléia Nacional, que tinha o poder de instalar um novo chefe de governo.

<sup>32</sup> Dossier Documental | Crisis En Venezuela – El Golpe Que No Tumbó A Chávez -<http://www.elpais.es/temas/dossieres/crisisvenezuela/posturaeeuu.html>

<sup>33</sup> O multimillonário Isaac Pérez Recao, de 32 anos, foi, ao que tudo indicou, a éminence grise que indicou a Pedro Carmona os nomes de todos os ministros, escolhidos entre gerentes Venoco e militantes do Opus Dei, com algum representante de negócios a ele associado. Pérez Recao era sobrinho de Juan Pablo Pérez Alfonso, um dos criadores da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) e principal acionista da petroquímica Venoco, que perdeu vários contratos desde que Chávez assumiu o poder em 1999.

<sup>34</sup> Otto J. Reich, nomeado pelo presidente George W. Bush secretário-assistente de Estado para Assuntos do Hemisfério Ocidental, tornou-se assim o principal coordenador da política externa dos EUA para a América Latina. Exilado cubano, naturalizado americano, exerceu entre 1983 e 1986a função de diretor do Office of Public Diplomacy for Latin America and the Caribbean (S/LPD), órgão encarregado do programa secreto do governo Ronald Reagan de apoio aos Contras, na campanha para derrubar o regime sandinista da Nicarágua, havendo então cometido inúmeras irregularidades. Posteriormente, durante o governo de George Bush (pai), entre 1989 e 1994, Reich foi embaixador dos EUA na Venezuela, onde continuou a manter estreitos contactos. Lino Gutierrez, subsecretário-assistente de Estado para Assuntos do Hemisfério Ocidental, é outro cubano-americano. Foi embaixador dos EUA na Nicarágua. Também Emílio González, vice-diretor do Conselho de Segurança Nacional, é cubano-americano e a ele coube cuidar das questões do Caribe, entre as quais a de Cuba. Igualmente, o outro cubano-americano, José Cardenas, foi encarregado de tratar dos assuntos da América Latina para a equipe do Partido Republicano na Comissão de Relações Exteriores do Senado, junto à qual já atuou como antigo membro da Fundação Nacional Cubano-Americana, cuja missão consistia em fazer pressões a favor da manutenção das sanções comerciais contra Cuba. Rogelio Pardo-Maurer, secretário-adjunto de Defesa e responsável pelos assuntos da América Latina no Pentágono, e representou o governo de Violeta Chamorro como embaixador da Nicarágua Washington, onde entre 1986 e 1989 chefiara a equipe dos Contra, o grupo que fazia guerrilhas contra o regime sandinista com recursos fornecidos secretamente pelo governo Ronald Reagan.

<sup>35</sup> “Venezuelan President Hugo Chavez is Restored” – Analysis by Alex Volberding and Larry Birns, COHA research group.

<sup>36</sup> Marquis, Christopher – “U.S. Cautioned Leader of Plot Against Chávez”, *The New York Times*, 17.04.2002.

nal, como homenagem que o vício prestava à virtude. Porém, informado da dissolução da Assembléia Nacional, da Suprema Corte, do Tribunal Eleitoral, entre outras medidas, Otto J. Reich instruiu o embaixador dos EUA em Caracas, Charles Shapiro, para que expressasse a Pedro Carmona sua preocupação com tais “*unconstitutional actions*”, que caracterizavam abertamente o golpe de estado<sup>37</sup> e, segundo *The New York Times*, telefonou-lhe e intercedeu para que ele não dissolvesse a Assembléia Nacional, argumentando que essa seria “*a stupid thing to do*” e provocar o clamor<sup>38</sup>. O conselho de Otto J. Reich a Pedro Carmona, no mesmo dia em que os militares deram o golpe de estado demonstrou o “*early and urgent*” interesse da Administração Bush em vê-lo suceder a Chavez e “*maintain the appearance of democratic continuity*”<sup>39</sup>.

Contudo, Pedro Carmona, imaginando que o apoio dos bairros ricos de Caracas e das classes médias altas significava respaldo popular, excedeu-se, encorajado possivelmente pelos elementos mais radicais da oposição e tirou a máscara da legalidade, com que os EUA pretenderam encapar o golpe de estado. Dissolveu a Assembléia Nacional, a Suprema Corte e o Tribunal Eleitoral. E esta sua iniciativa assustou o chefe das Forças Armadas, Efraín Vásquez, que havia apoiado a manifestação popular e ordenara a detenção de Chávez, e ele retirou o apoio dos quartéis. “*Me salgo de la jugada*” – disse a Luis Miquilena, ex-ministro do Interior e Justiça, reconhecendo que fora um erro deixar-se levar por uma pessoa que ia conduzir o país a um banho de sangue<sup>40</sup>. A CTV, que não

havia sido consultada a respeito de tais medidas, sentiu-se traída, pois, conforme declarou seu secretário-geral, Carlos Ortega, elas atentavam contra “*el derecho y la libertad del movimiento obrero*”. A aliança contra Chávez, entre a CTV) e a Fedecámaras, dirigida por Pedro Carmona, assim se esfacelou. E, enquanto as camadas mais pobres da população, favoráveis a Chávez, ocupavam as ruas de Caracas, saqueando as lojas, espalhando-se a agitação pelas cidades de Guarenas, Los Teques, Coro e Maracay, a brigada de pára-quedistas, comandada pelo general Raúl Baudel, bem como outros regimentos se sublevaram contra a presidência *de facto* de Pedro Carmona, já desafiado por William Lara, líder da Assembléia Nacional da Venezuela, que anunciou, de dentro do palácio Miraflores, que o vice-presidente Diosdado Cabello assumiria até a volta Chávez ao governo.

Se não tinha condições internas de sustentar-se, apenas respaldado pelas classes médias e altas, o governo da coalizão empresarial-militar, emanado do golpe de 11/12 de abril, defrontou-se outrossim com enormes dificuldades externas para o seu reconhecimento. O Grupo de Rio, que realizava em Costa Rica a XVI Cimeira presidencial, condenou prontamente a ruptura da ordem constitucional na Venezuela e solicitou ao embaixador César Gaviria, secretário-geral da OEA a convocação urgente do Conselho Permanente, de acordo com o Art. 20 da Carta Democrática Interamericana<sup>41</sup>, aprovada na sessão plenária de 11 de setembro de 2001, incorporando a resolução AG/RES. 1080 (XXI-O/91)<sup>42</sup>. E seus embaixadores na OEA aprovaram uma resolução, em que condenaram

<sup>37</sup>DeYoung, Karen – “Bush Officials Defend Their Actions on Venezuela”, *The Washington Post*, 18.04.2002.

<sup>38</sup>Marquis, Christopher – “U.S. Cautioned Leader of Plot Against Chávez”, *The New York Times*, 17.04.2002.

<sup>39</sup>Ibid.

<sup>40</sup>Aznárez, Juan Jesús – “Crisis en Venezuela : por qué fracasó el golpe”, *El País*, Madrid, 18.04.2002.

<sup>41</sup>O Art. 20 da Carta Democrática Interamericana dispõe que, “caso num Estado membro ocorra uma alteração da ordem constitucional que afete gravemente sua ordem democrática, qualquer Estado membro ou o Secretário-Geral poderá solicitar a convocação imediata do Conselho Permanente para realizar uma avaliação coletiva da situação e adotar as decisões que julgar conveniente”.

<sup>42</sup>Consejo Permanente de la Organización de los Estados Americanos, Acta de la Sesión Extraordinaria celebrada el 21 de Enero de 2000. A OEA, mediante a resolução AG/RES. 1080 (XXI-O/91), estabeleceu um mecanismo para ajudar a restabelecer a democracia representativa onde ela sofresse uma interrupção. Essa resolução foi aprovada na quinta sessão plenária da OEA, ocorrida em 5 de junho de 1991.

“a alteração da ordem constitucional na Venezuela”. Somente em face da atitude de todos os demais estados da região, inclusive México e Canadá, de repudiar a quebra da ordem constitucional na Venezuela, a delegação dos EUA na OEA resignou-se a subcrever a moção que condenava ao golpe. Mas só o fez no sábado, 13 de abril, quando as manifestações de massa haviam compelido Carmona a renunciar e Chávez retornou ao poder<sup>43</sup>. Destarte, os EUA, embora tenham avalizado golpe de estado na Venezuela, não tiveram condições de legitimá-lo. Não sem razão, a BBC informou que *“President Chávez’s comeback has . . . left Washington looking rather stupid”*. De fato, o fiasco do golpe em Caracas fez a Administração Bush perder até mesmo a noção do ridículo. Com desprante e cinismo, Condolezza Rice, assessora de segurança de George W. Bush, advertiu que Chavez deveria respeitar os processos constitucionais e recebesse a mensagem que o povo lhe enviou, ou seja, que *“that his own policies are not working for the Venezuelan people, that he has dealt with them in a high-handed fashion”*<sup>44</sup>. Em outras palavras, o que Condolezza Rice quis dizer foi que o golpe fracassado servisse a Chávez como

*“ A política exterior dos EUA, vis-à-vis da América Latina, nunca foi, na realidade, consistente com os princípios democráticos norte-americanos, que sempre constituíram um elemento marginal, para efeito de retórica. O respaldo tácito ao golpe de estado na Venezuela demonstrou mais uma vez que Washington somente admitira e respeitara os regimes democráticos nos países da América Latina, enquanto funcionaram em favor dos seus interesses econômicos, políticos e estratégicos.”*

advertência, porque suas políticas não agradavam aos EUA. Alguns dias depois, falando à imprensa, Bush, tergiversando sobre o comportamento do seu governo, que não condenou prontamente o golpe na Venezuela, declarou também que Chavez devia aprender lições sobre democracia, com a tentativa de derrubá-lo do governo<sup>45</sup>. O professor Riordan Roett, especialista em América Latina da Universidade Johns Hopkins, em Washington, comentou, porém, que os “os EUA não podem escolher quais democracias apóiam e quais não apóiam”. E acrescentou: “Ou se apóia a democracia, ou não se apóia”. Por sua vez, o jornalista Paul Krugman, jornalista de *The New York Times*, observou o elemento mais negativo desse episódio foi a traição dos princípios democráticos norte-americanos, pois a conceituação “do povo, pelo povo, para o povo” não deveria ser acompanhada pelas palavras “enquanto for adequado aos interesses dos EUA”<sup>46</sup>.

A política exterior dos EUA, vis-à-vis da América Latina, nunca foi, na realidade, consistente com os princípios democráticos norte-americanos, que sempre constituíram um elemento marginal, para efeito de retórica. O respaldo tácito ao golpe de estado na Venezuela

<sup>43</sup> Marquis, Christopher – “U.S. Cautioned Leader of Plot Against Chávez”, *The New York Times*, 17.04.2002

<sup>44</sup> Thompson, Ginger & Forero, Juan – “Ardent Populists Reinstate Leader to Run Venezuela”, *The New York Times*, New York, 15.04.2002.

<sup>45</sup> Bush disse que “very important for [Chavez] to embrace those institutions which are fundamental to democracy, including freedom of the press and freedom for — the ability for the opposition to speak out. And if there’s lessons to be learned, it’s important that he learn them”. DeYoung, Karen – “Chavez Must ‘Embrace’ Democracy, Bush Says”, *The Washington Post* – 19.04.2002.

<sup>46</sup> “Surely the worst thing about this episode is the betrayal of our democratic principles; „of the people, by the people, for the people“ isn’t supposed to be followed by the words “as long as it suits U.S. interests”.

Krugman, Paul – “Losing Latin America”, *The New York Times*, NY, 16.04.2002.

demonstrou mais uma vez que Washington somente admitira e respeitara os regimes democráticos nos países da América Latina, enquanto funcionaram em favor dos seus interesses econômicos, políticos e estratégicos. Em 1963, a Embaixada do Brasil em Washington, sobre a chefia de Roberto Campos, salientou que, conquanto o Departamento de Estado condenasse qualquer atentado à democracia representativa no hemisfério, o governo de John F. Kennedy não deixava de reconhecer e cultivar “relações amistosas com as piores ditaduras de direita”, pois “do ponto de vista dos setores militares de Washington tais governos são muito mais úteis aos interesses da segurança continental do que os regimes constitucionais”<sup>47</sup>. Tais setores, os da extrema-direita, foram os que passaram a orientar a política internacional dos EUA, após a duvidosa eleição de George W. Bush, para a presidência, em 2000. E com toda a razão, ao comentar o êxito, na França, do líder da extrema direita, Jean-Marie Le Pen, nas eleições de abril de 2002, o jornalista Paulo Krugman, de *The New York Times*, avaliou que realmente não tinha condições de tornar-se presidente e por na prática suas “*hard-right ideas*” porém, nos EUA, “*the hard right has essentially been co-opted by the Republican Party — or maybe it’s the other way around*” – e estava em posição de colocar em prática essas idéias, porque “*the angry people are already running the country*”<sup>48</sup>.

Essa “*hard right*”, com a ascensão de George W. Bush à presidência, passou a comandar uma potência, cuja força militar se tornara, a partir do fim da Segunda Guerra Mundial, a única no mundo a ter como principal missão, não a defensiva, mas a ofensiva, não a de guardar as fronteiras nacionais, mas a

de projetar seu poder sobre todos os continentes<sup>49</sup>. E, desde o colapso do Bloco Socialista, recresceu em Washington, conforme jornalista William Pfaff, no *International Herald Tribune*, assinalou, a idéia de que os EUA deveriam exercer seu “*unrivaled power*” como um império, a fim de trazer estabilidade internacional, resolver os problemas do terrorismo, das “*rogue nations*” (nações irresponsáveis e indisciplinadas), armas de destruição em massa e assim por diante. Tais propostas para a instituição do império, segundo William Pfaff, não eram intelectualmente sérias, mas eram significativas, porque a classe política e a burocracia estavam apaixonadas pelo poder internacional na “*they want more*”<sup>50</sup>. E daí a ameaça. Desde o século XVII, a lei internacional baseou-se nos princípios da soberania nacional e da igualdade legal das nações, porém, conforme o próprio William Pfaff reconheceu, “*Washington ignores whenever convenient*”<sup>51</sup>. Também o politólogo e historiador Kenneth Maxwell, do Council of Foreign Relations, revelou que as cabeças jovens e brilhantes da página de editoriais do *Wall Street Journal*, os ideólogos neo-conservadores dos institutos de estudos de Washington e, o mais ameaçador, as lideranças civis do Pentágono passaram proclamar que era chegada a hora de “falar alto e sem peias na língua sobre o Império Americano”, de os EUA exercerem plenamente seu poderes imperiais, de aderir à missão imperial que lhes foi imposta e, se preciso, impor a “*pax americana*” pela força avassaladora das armas<sup>52</sup>. O favorecimento ao golpe de estado na Venezuela constituiu, decerto, o desdobramento dessa estratégia, visando a subordinar toda a América do Sul aos interesses hegemônicos dos EUA e à conformação do Império Americano.

<sup>47</sup> “Política Externa Norte-americana – Análise de Alguns Aspectos”, Anexo 1 e único ao Ofício nº 516/900.1 (22), secreto, Embaixada em Washington ao Ministério das Relações Exteriores, Washington, 13.06.1963, AHMRE-B, 900.1(00), Política Internacional, de (10) a (98), 1951/66.

<sup>48</sup> Krugman, Paul – “The Angry People”, *The New York Times*, 23.04.2002.

<sup>49</sup> Em 2000, os EUA mantinham cerca de 100.000 soldados na Europa, contingente maior dos que os da Alemanha, França e Grã-Bretanha; cerca de 100.000 espalhados na região do Pacífico ocidental.

<sup>50</sup> Pfaff, William – “Empire isn’t the American way – Addiction in Washington”, *International Herald Tribune* 09.04.2002

<sup>51</sup> Ibid.

<sup>52</sup> Maxwell, Kenneth – “A América Latina joga a toalha”, in Folha de S. Paulo, São Paulo, 08.04.2002. Esse artigo foi escrito especialmente para a *Folha de São Paulo*.